

O ENSINO DA GEOGRAFIA E A PROPOSTA DO NOVO ENSINO MÉDIO: UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO (RO)

Rozilete Ferreira da costa ¹
Raiane Florentino ²

RESUMO

A pesquisa intenciona realizar um estudo sobre a formação de professores no município de Porto Velho, com objetivo de analisar se a formação está de acordo com a Lei 13.415/2017, que define que os profissionais da educação terão que ministrar a disciplina de Geografia por meio de itinerários formativos, integrada às demais disciplinas que incluem a área de Ciências Humanas. O foco da pesquisa está voltado para a percepção dos professores sobre a prática pedagógica, ao processo formativo e as implicações de tais mudanças para o processo de aprendizagem dos alunos (as). Será analisado também a estrutura curricular proveniente dessa reestruturação, buscando evidenciar a democracia pedagógica para concepção do documento, a relação de tais itinerários com os objetivos epistemológicos da disciplina e o reflexo disso na formação dos alunos. A pesquisa terá caráter qualitativo e se fundamentará no método do Estudo de Caso. As escolas selecionadas para a realização da pesquisa serão o colégio militar D. Pedro II, a E.E.F.M Major Guapindaia e E.E.F.M Brasília. Como técnica de coleta de dados será aplicado questionários com o intuito de elucidar a problemática desta pretensa pesquisa. Participarão desse estudo professores de geografia das escolas citadas. Os resultados da pesquisa podem contribuir para entendermos a reformulação do ensino médio e a aplicação da já citada Lei na disciplina de Geografia das escolas do município de Porto Velho-RO.

Palavras-chave: Geografia. Ensino Médio. Formação de Professores. Currículo.

RESUMEN

La investigación pretende realizar un estudio sobre la formación de profesores en el municipio de Porto Velho, con el objetivo de analizar si la formación está de acuerdo con la Ley 13.415/2017, que define que los profesionales de la educación tendrán que enseñar la disciplina de Geografía a través de itinerarios formativos, integrados con las otras disciplinas que incluyen el área de Ciencias Humanas. El enfoque de la investigación se centra en la percepción de los profesores sobre la práctica pedagógica, el proceso formativo y las implicaciones de tales cambios para el proceso de aprendizaje de los estudiantes. También se analizará la estructura curricular resultante de esta La investigación reestructuración, buscando evidenciar la democracia pedagógica para la concepción del documento, la relación de dichos itinerarios con los objetivos epistemológicos de la disciplina y la reflexión de esta en la formación de los estudiantes. tendrá un carácter cualitativo y se basará en el método de estudio de caso. Las escuelas seleccionadas para llevar a cabo la investigación serán el colegio militar D. Pedro II, E.E.F.M Mayor Guapindaia y E.E.F.M Brasília. Como técnica de recolección de datos, se aplicarán cuestionarios para dilucidar el problema de esta supuesta investigación. Los profesores de geografía de

¹ Professora da rede básica estadual de Porto Velho (RO) e Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), costarozilete@gmail.com;

² Professora Adjunta do Departamento de Geografia e Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), raiane.florentino@unir.br.

As escolas mencionadas participarão em este estudo. Los resultados de la investigación pueden contribuir para comprender la reformulación de la escuela secundaria y la aplicación de la Ley mencionada en la disciplina de Geografía de las escuelas en el municipio de Porto Velho-RO.

Palabras clave: Geografía. Secundaria. Formación del profesorado. Currículo.

INTRODUÇÃO

O Brasil passa por uma grande transformação no cenário educacional na etapa do ensino médio na educação básica. Após a homologação da Base Curricular Nacional do segmento, em 28 de dezembro de 2018, inúmeras mudanças são apresentadas através da Lei 13.415, homologada em 16 de fevereiro de 2017. As mudanças dão prosseguimento à reforma da educação básica que começou na educação infantil, com conclusão no ensino médio. O texto da lei traz estruturas e processos inéditos para o ensino médio, tais como: ampliação de carga horária, educação em tempo integral, educação técnica e profissional, flexibilidade curricular, eletivas, currículo definido por habilidades e competências, entre outros desdobramentos importantes.

Dentro desta nova estrutura a flexibilidade como princípio de organização curricular é o ponto que mais chama atenção, uma vez que permite a construção de currículos e propostas pedagógicas que atendam as especificidades dos estados, oportunizando assim o atendimento da multiplicidade de interesses dos estudantes (DCNEM, 2018). Essas mudanças têm causado um leque de interpretações, uma vez que ainda não se configura um processo claro e difuso aos que serão os principais protagonistas desse cenário: professores e alunos.

O Ministério da Educação estipulou para as redes de todo o Brasil, através de suas Secretarias de Estado da Educação que estas estabeleçam um cronograma de implantação das alterações da Lei 9.394/96 no primeiro ano letivo subsequente à publicação da BNCC do ensino médio, ou seja, 2019.

Outro ponto de atenção da BNCC do ensino médio é a organização das aprendizagens essenciais por área de conhecimento, objetivando articular os conhecimentos do currículo de forma interdisciplinar. Esse ponto fortalece a preocupação com formação de professores, haja vista que o processo de formação docente que estes vivenciaram durante a graduação, se fundamentou por componentes curriculares e agora, por força da Lei, devem desenvolver competências em seus alunos, estruturadas por áreas de conhecimento.



É importante que as áreas de conhecimento favoreçam a comunicação entre conhecimentos e saberes, contudo a crítica de como se dará a efetividade na prática docente, faz com que se percebam outras necessidades emergentes na formação dos professores para atuar nesse novo desenho para o ensino médio. A mudança de direção da educação brasileira não é uma novidade, uma vez que vivemos em uma sociedade em constante transformação.

Nesse sentido, Ponce (2010) destaca que essas mudanças precisam estar sintonizadas com interesses comuns, desatreladas de disputas de poder e interesses políticos de uma minoria.

A reforma do ensino médio implica na reestruturação dos Referenciais Curriculares das unidades federativas à luz do que está disposto na BNCC, DCNEM e demais documentos norteadores que ancoram esse reordenamento. Isso irá gerar uma nova arquitetura curricular, onde as aprendizagens serão mensuradas por competências e habilidades desenvolvidas nas quatro áreas de conhecimentos: linguagens e suas tecnologias, matemáticas e suas tecnologias, ciências da natureza e ciências humanas e sociais aplicadas, sendo os componentes curriculares apenas facilitadores da integração das áreas.

Essa integração das áreas, além das mudanças no próprio currículo requer um robusto processo de formação continuada (FREIRE, 1996; ZABALA, 1998; PIMENTA, 1999; NEIRA, 2009), que promoverá a desconstrução de conceitos e práticas arraigadas no cotidiano do fazer pedagógico dos professores que atuam com os alunos do ensino médio.

Dessa forma, particulariza-se a discussão para o tema central deste projeto, a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicada, mais especificamente ao ensino da Geografia no ensino médio. Como apresentado, a Geografia enquanto componente curricular deverá ser desenvolvida também por meio de trilhas de aprendizagem, além de ter a distribuição da carga horária, facultada às escolas, que definirão quanto tempo será necessário para ensinar a aprender conteúdos importantes da geografia no ensino médio. Diante disso, pergunta-se:

Será que a Lei está em consonância com a proposta de formação dos cursos de licenciatura de Geografia? Em caso positivo, esse processo formativo teve (ou terá) a duração que requer a complexidade desse processo? Os professores de geografia foram consultados acerca das mudanças? A carga horária da disciplina e seus eventuais itinerários formativos, levam em consideração o processo de aprendizagem desses jovens? Essas são apenas algumas das principais perguntas que motivam este estudo.

METODOLOGIA

A presente pesquisa será qualitativa e desenvolvida através do Estudo de Caso, com foco voltado para o ensino da Geografia, que segundo Castellar (2010) deve ser analisada para além de sua construção conceitual, contemplando também as práticas e vivências construídas nos espaços.

O universo dessa pesquisa serão as Escolas Estaduais de Ensino Médio: Major Guapindaia, Brasília e Colégio Dom Pedro II. A pesquisa será qualitativa, uma vez que nesta perspectiva o “fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa proposta integrada” (Godoy, 1995, p. 21). Outro fator que impulsiona a escolha é o fato de pretender investigar como os professores e professoras colocaram em prática a nova organização curricular da geografia entrelaçada em itinerários formativos.

A pesquisa se concretizará pelo método de estudo de caso, por ter como objetivo central a compreensão de uma situação particular dentro de um contexto geral. Além disso, o método permite o aprofundamento por parte da pesquisadora a realidade que se pretende pesquisar, tendo em vista que:

O estudo de caso não é uma técnica específica, mas uma análise holística, a mais completa possível, que considera a unidade social estudada como um todo seja um indivíduo, uma família, uma instituição ou uma comunidade, com o objetivo de compreendê-los em seus próprios termos (GOLDENBERG, 2011, p. 33).

Além disto, o estudo de caso dialoga diretamente com pesquisas qualitativas, e permite a utilização de múltiplas fontes de dados para se alcançar o objetivo da pesquisa, onde o “importante é que haja critérios explícitos para a seleção do caso e que este seja realmente um ‘caso’, isto é, uma situação complexa e/ou intrigante, cuja relevância justifique o esforço de compreensão” (ALVES-MAZZOTTI, 2006, p. 650).

Neste sentido, o trabalho de campo será desenvolvido através da aplicação de questionários semiestruturados aos professores e professoras de geografia das escolas selecionadas para a pesquisa. O questionário será elaborado em consonância com os objetivos da pesquisa. Antes desta etapa se precederá as autorizações pertinentes e assim, prosseguir com procedimentos formais da pesquisa.

REFERENCIAL TEÓRICO

O ensino da geografia é uma temática que há tempos tem despertado o interesse da academia, uma vez que contempla conceitos e conteúdo que são fundamentais para a formação dos alunos da educação básica. Nesse sentido, o trabalho docente e a práxis pedagógica figuram-se importantes fundamentos para o processo de ensino-aprendizagem. Curricularmente a geografia precisa dar conta dos desdobramentos de suas categorias, a saber: espaço geográfico, lugar, paisagem, território, região e rede geográfica, além das transformações dos espaços e das mudanças que ocorrem no cenário mundial ao longo dos recortes temporais. Como visto, a dinâmica deste componente curricular evidencia sua densidade teórico-prático (PIMENTA, 2001).

Dessa forma, refletir sobre o ensino da geografia e a prática pedagógica dos professores da disciplina é um processo complexo, que precisa continuamente ser problematizado em suas dimensões política, econômica, cultural e social, motivo que impulsiona esse projeto de pesquisa, dentro das especificidades proposta pela Lei 13.415/2017 para o ensino médio, mais precisamente para a área de Ciências Humanas e Sociais. A Lei apresenta mudanças significativas na configuração didático-pedagógica para a oferta da disciplina no ensino médio.

De acordo com a Lei 13.415, quarenta por cento da carga horária do ensino médio deve ser flexível, com base no protagonismo juvenil e nos interesses formativos dos estudantes. Outra característica da legislação que subsidia o ensino médio são as aprendizagens essenciais dispostas em habilidades e competências dispostas por área, ponto que têm gerado dúvidas e incertezas para as escolas e professores.

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC, entre outras mudanças propõe a flexibilidade de carga horária de todas as disciplinas da parte obrigatória e da parte diversificada, soma-se a isso, a possibilidade de oferta de cinco itinerários formativos: Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Profissionalizante. A este projeto, importa a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, uma vez que seu interesse reside no ensino da geografia no ensino médio (BRASIL, 2017).

Essa estrutura de aprendizagem pressupõe que ao final da etapa do ensino médio, os alunos possam optar por um dos itinerários formativos (ou trilhas de aprendizagens) composto pelas disciplinas que integram a referida área, com objetivo de aprofundar os conhecimentos a ela atrelados. Assim, a geografia deverá ser ministrada de forma integrada com história, filosofia e sociologia, formando assim o itinerário formativo da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicada, com objetivo, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio DCNEM, na interação do homem com a sociedade, dos acontecimentos sociais, abordando

aspectos subjetivos e práticos, tais como: linguagem e produção de conhecimentos globais e locais (BRASIL, 2017).

Uma das justificativas para essa mudança proposta para o currículo fundamenta-se na possibilidade de oferecer educação de qualidade e autonomia aos alunos do segmento, além de permitir que os mesmos se aproximem mais da área de conhecimento que será base para a futura profissão, em nível superior.

A formação de professores

Saviani (2009) destaca que, embora o problema da formação de professores tenha sido acentuado no século XXI, não significa que o fenômeno tenha surgido apenas nesse momento. Os desafios atrelados a esse complexo processo, se arrasta ao longo dos séculos, com caracterizações diferentes. A formação de professores é incumbência legal das Secretarias de Educação dos Estados em parceria com as instituições de ensino, como proposta de formação continuada.

No Brasil a preocupação com a formação de professores é um dos maiores desafios para a Educação, considerando as diferentes teorias e suas implicações ao longo do processo histórico educacional. Saviani (2013), atribui essas dificuldades à divisão histórica que existe entre conteúdos e formação didático pedagógica ofertada pelas Universidades nos cursos de licenciatura. Esse cenário complexo que envolve a formação de professores, vem sendo pesquisado e discutido por Saviani (2007; 2009), ainda reflete os dias atuais, considerando que existe um verdadeiro abismo entre a formação inicial dos professores com suas respectivas práticas docentes. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96 foi uma importante vitória para formalização do processo de formação docente, porém não foi suficiente, conforme evidencia Gatti (2019):

A LDB (BRASIL, 1996) vem a tratar da formação de professores em capítulo específico, cujos artigos têm sofrido algumas alterações de redação ao longo dos anos. Esta Lei propõe a formação de todos os professores para a educação básica em nível superior, à época, fixando prazo de dez anos para realização dessa proposta. No entanto, em 2013, por alteração na LDB volta-se a admitir, sem restrições, a formação de docentes para a educação infantil e primeiros anos do ensino fundamental na modalidade normal em nível médio, pela Lei no 12.796/2013, o que foi reafirmado pela Lei no 13.415/2017 (p. 26).

Tais mudanças traduzem incertezas, pois para se discutir a formação de professores para educação básica é importante que se tenha em mente a função social da educação escolar nos dias atuais. Cabe destacar que os professores são responsáveis por um processo amplo de formação de pessoas, que envolve construção de saberes e conhecimentos, vida social e comunitária, valores, atitudes e consciência cidadã (2019, p.35). Esse conjunto de habilidades apontadas pela professora Bernadete Gatti, faz refletir sobre a responsabilidade que está implícito no processo de formação de professores.

Nesta perspectiva, é inevitável refletir sobre as implicações atreladas às profundas mudanças pedagógicas e estruturais trazidas pela Lei 13.415/2017 para o ensino médio, no que tange a formação de professores de geografia (sujeitos desta pesquisa). A proposta requer que além dos conhecimentos específicos do ensino da geografia no ensino médio, professores e professoras sejam capazes de integrá-los aos demais componentes curriculares da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, o que de certa forma, têm causado medos e incertezas a um processo que já carrega problemas históricos.

Além dos conhecimentos técnicos, a nova organização requer metodologias e práticas pedagógicas específicas para se atuar com uma reestruturação totalmente nova e com resultados pedagógicos incertos. O Ministério da Educação, quando questionado sobre a formação de professores, afirma em sua página institucional que:

A formação de professores para atuar na educação básica, conforme disposto na LDB, será realizada em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a formação em nível médio, na modalidade normal (LDB, Art. 62). Os profissionais graduados que tenham feito complementação pedagógica também podem atuar na educação básica, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Educação (Art. 61, V).

Tal resposta não esclarece as especificidades do processo formativo docente, tampouco delimita prazos, incumbências e responsabilidades às Redes Estaduais de Ensino, mesmo já tendo sido autorizado a implantação, em sua integralidade da proposta do Novo Ensino Médio em todas as escolas públicas e privadas do país, o que minimamente é contraditório e prejudicial para a aprendizagem destes jovens e para o planejamento e prática docente dos professores de geografia, enquanto integrantes do itinerário formativo de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esse projeto de pesquisa espera contribuir com estudos sobre o ensino e a formação de professores de geografia em relação à:

1. As principais dificuldades enfrentadas pelos que atuam no ensino médio da rede pública para a efetivação dos pressupostos pedagógicos do Novo Ensino Médio.
2. Valorizar narrativas dos professores de geografia em relação à implantação das mudanças propostas pela Lei 13.415/2017, mais especificamente elaboração e estruturação do itinerário formativo da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas;
3. Contribuir com a comunidade escolar com as experiências pedagógicas construídas à luz dessa nova organização curricular, através da prática docente dos professores das escolas selecionadas;
4. Apresentar os caminhos percorridos pelas escolas selecionadas para a oferta de formação continuada docente no que diz respeito as aulas com organização pedagógica estruturada à Lei 13.415/2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa ainda está em andamento, estando na fase de levantamento bibliográfico e coleta de dados, precisando colocar em prática o método, para que se obtenha os resultados esperados conforme os objetivos, pautados na atual reforma do Ensino Médio proposta por meio da Lei nº 13.415/2017. Porém, conforme leitura prévia bibliográfica foi possível perceber que a reforma do Novo Ensino Médio, tem causado muitas discussões na comunidade escolar e na sociedade em geral.

Após muitas polêmicas, em seu segundo ano de permanência, o Novo Ensino Médio, que trouxe mudanças na grade curricular e oferta de disciplinas optativas em todas as escolas do país, tem pontos positivos, de acordo com profissionais da área, mas também é alvo de críticas por grupos que chegam a defender até a sua revogação. O que levou o Ministério da Educação (MEC) abrir consulta pública através da portaria nº 399, de 8 de março de 2023, para avaliação e reestruturação da política nacional de ensino médio. A portaria tem prazo de 90 dias, porém o período para a consulta pública foi ampliado em 30 dias. A ampliação do prazo se deu em decorrência de pedido de entidades educacionais, como o Conselho Nacional de Educação (CNE), o Fórum Nacional de Educação (FNE), o Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (Foncede) e o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed). A consulta está sendo implementada por meio de audiências públicas, oficinas de trabalho, seminários e pesquisas nacionais com estudantes, professores e gestores escolares sobre a experiência de implementação do novo ensino médio nos 26 estados e Distrito Federal.



O que se pode concluir que o Novo Ensino médio, implementado pela Lei 13.415/2017, ainda precisa ser muito discutido pela sociedade brasileira, visto que deixa muitas dúvidas para professores, pais, alunos e comunidade escolar em geral. Deve-se esclarecer os pontos obscuros e implementar recurso para melhorar a estrutura das escolas, mas deve-se antes fazer um levantamento serio das dificuldades financeiras das escolas e necessidades pedagógicas de professores e alunos, por que não se pode fazer cumprir uma lei, que muitas pessoas ligadas diretamente ao projeto do Novo Ensino médio, ainda não entenderam, e muitos que entenderam sinta que não seja viável no nosso país, daí a importância dessa discussão.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, H. S. **A implementação e a operacionalização do programa ensino médio inovador em três escolas da rede estadual de ensino de Manaus.** 2015. 142f. Dissertação (Mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

ALVES-MAZZOTTI, A.J. **Usos e Abusos dos Estudos de Caso.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 36, n. 129, p. 637-651, set./dez. 2006

BRANDÃO, C. F. **O Ensino Médio no contexto do Plano Nacional de Educação: o que ainda precisa ser feito.** Cad. Cedes, Campinas, vol. 31, n. 84, p. 195-208, maio-ago. 2011.

BRASIL. **Lei nº 13415, de 16 de fevereiro de 2017.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 20 ago. 2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,** Brasília1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2022.

BRASIL. **Fórum Nacional de Educação. 45ª Nota Pública Sobre a Medida Provisória relativa ao ensino médio.** Disponível em: <http://contee.org.br/contee/index.php/2016/09/fne-divulga-nota-contr-a-mp-do-ensinomedio/>. Acesso em: 20 ago. 2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,** Brasília1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2022.

BRANDÃO, C. F. **O Ensino Médio no contexto do Plano Nacional de Educação: o que ainda precisa ser feito.** Cad. Cedes, Campinas, vol. 31, n. 84, p. 195-208.

CARVALHO, Ana Maria Pessoa de. GIL-PÉREZ, Daniel. **Formação de professores de ciências: tendências e inovações** / Revisão técnica de Ana Maria Pessoa de Carvalho-10 ed. São Paulo: Cortez, 2011.127p.

CASTELLAR, Sônia. **Ensino de Geografia: teoria e prática docente.** São Paulo: contexto, 2005.



CASTILHO, D. Reforma do Ensino Médio: desmonte na educação e inércia do enfrentamento retórico. Disponível em:

<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/02/reforma-do-ensino-medio-desmonteeducacao-inercia.html>. Acesso em: 20 ago. 2022.

CAVALIERI, A. M. Escola pública de tempo integral no Brasil: filantropia ou política de estado? Educ. Soc., Campinas, v. 35, n.º. 129, p. 1205-1222, out./dez., 2014.

COELHO, Ildeu M. Repensando a formação de professores. Nuances: estudos sobre educação. V 09, n 9/10, jan./jun e jul./dez. 2003.

CORRÊA, Shirlei de Souza. GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. “Novo Ensino Médio: quem conhece aprova!” Aprova? Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 13, n. 2, p. 604-622, abr./jun., 2018. E-ISSN: 1982-5587. DOI: 10.21723/riaee.v13.n2.2018.11469.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, G. A reforma do Ensino Médio do (des)governo Temer. Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/reforma-de-ensino-medio-do-des-governo-de-turnodecreta-se-uma-escola-para-os-ricos-e-outra>. Acesso em: 20 ago. 2022.

GATTI, Bernardete Angelina. A Formação de Professores no Brasil: O Desafio das Licenciaturas. In: Ciclo de Debates da Docência nas Licenciaturas: UFFS, 2013.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1987.

GHEDIN, Evandro. Professor reflexivo: da alienação da técnica à autonomia crítica In: PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (org). Professor Reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito São Paulo: Cortez, 2002.

GRIKE, F. Concepções de interdisciplinaridade: o programa ensino médio inovador. 2016. 106f. Dissertação (Mestrado em Educação.) – Universidade Federal do Paraná, Faculdade de Educação.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

IMBERNÓN, Francisco. Formação permanente do professorado: novas tendências. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2009.

Mec prorroga consulta pública sobre reforma do Ensino Médio-[https://noticiasconcursos.com.br/mec-prorroga-consulta-publica-sobre-reforma-do-ensino-medio/#:~:text=De%20acordo%20com,de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20\(Consed\)](https://noticiasconcursos.com.br/mec-prorroga-consulta-publica-sobre-reforma-do-ensino-medio/#:~:text=De%20acordo%20com,de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20(Consed)).



PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de professores: identidade e saberes da docência.**

In: PIMENTA, Selma Garrido. (Org). Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

PIMENTA, S. G. **O Estágio na Formação de Professores: Unidade Teoria e Prática?** São Paulo: Cortez, 2001.

PONCE, Branca Jurema. **O currículo e seus desafios na escola pública brasileira: em busca da justiça curricular.** Currículo sem fronteiras, v. 18, p. 785, 2018.

SERPA, A. 2006. **O trabalho de Campo em geografia: uma abordagem teórico-metodológica.** Boletim Paulista de Geografia (84): 7-24, 2001.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Formação de professores: aspectos pedagógicos e teóricos do problema no contexto brasileiro.** Revista Brasileira de Educação [on line], vol. 14, p. 143-155, 2009.

SAVIANI, Demerval. **A história da educação e sua importância para a formação de professores.** In: Conferência de abertura do I Seminário de História da Educação Brasileira e Catarinense: UFFS, 2013.

ZABALA, Antoni. A Prática Educativa: **Como ensinar.** Tradução Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: ARTMED, 1998.